

# Artigo 111 Código Penal Comentado: Entenda o Termo Inicial da Prescrição

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | dezembro 18, 2024



O **Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final** no Artigo 111 do Código Penal é um tema crucial para o entendimento do processo penal brasileiro. Este artigo define os momentos exatos a partir dos quais a prescrição começa a ser contada, variando de acordo com o tipo de crime, como nos casos de crimes tentados ou permanentes. Compreender esses prazos pode alterar significativamente o curso do processo.

No contexto jurídico, o início da prescrição pode variar bastante. Por exemplo, nos crimes de bigamia ou falsificação de assentamento civil, a prescrição só começa a ser contada quando o fato é descoberto. Essa variância exige um olhar atento para garantir que os direitos de todas as partes envolvidas sejam protegidos.

**Nos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, a Lei 12.650/2012 introduziu um novo termo inicial para a prescrição, que se inicia a partir do dia em que a vítima completa 18 anos se a ação penal não tiver sido proposta antes disso.** Este aspecto é particularmente relevante para garantir a proteção das vítimas durante sua fase mais vulnerável.

## Pontos Importantes

- A prescrição é crucial no processo penal.
- O termo inicial varia por tipo de crime.
- Crimes contra menores têm regras específicas.

## Visão Geral do Artigo 111 do Código Penal

O **Artigo 111 do Código Penal Brasileiro** estabelece o marco inicial para a contagem do prazo prescricional antes de proferido o trânsito em julgado de uma sentença final. Ele aborda diferentes situações em que os prazos de prescrição começam a ser contados, dependendo da natureza do crime.

## Conceitos Básicos e Importância

O Artigo 111 é crucial na definição dos prazos de prescrição em processos penais no Brasil. A prescrição é um instituto que extingue a possibilidade de punição quando o prazo legal é ultrapassado sem que haja uma decisão judicial. Este artigo especifica quando se inicia essa contagem, por exemplo, no momento em que o crime se consuma ou quando cessa a permanência do crime no caso de delitos permanentes.

A definição clara desses marcos é vital para garantir a legalidade e adequação processual, evitando punições indevidas e assegurando o direito de defesa. Por possibilitar segurança jurídica e estabilidade nas relações sociais, essa norma é parte fundamental do sistema penal.

## Contextualização Histórica e Evolução Legislativa

Originalmente, o Código Penal foi consolidado em 1940 por meio do Decreto-Lei nº 2.848 e desde então passou por diversas

revisões para refletir mudanças sociais e jurídicas. A evolução legislativa desse artigo mostrou-se necessária para se adaptar às novas condutas criminosas e métodos judiciais.

Por exemplo, ajustes foram feitos com a Lei nº 7.209 de 1984, que trouxe modificações significativas para melhor adaptar a legislação aos princípios de justiça contemporâneos. Esta constante atualização assegura que as diretrizes do Código Penal permaneçam pertinentes e eficazes em seu propósito de regular a prescrição penal.

## Análise Jurídica do Termo Inicial da Prescrição



O termo inicial da prescrição é determinado por fatores específicos relacionados ao momento em que o crime é consumado ou a atividade criminosa cessa. Aspectos legais importantes incluem a legislação pertinente e os procedimentos processuais.

## Fundamentação Legal

De acordo com o [Código Penal](#), a prescrição antes de transitar em julgado começa a contar a partir de momentos específicos. Para crimes consumados, o prazo se inicia no dia da consumação. Em casos de tentativa, o prazo é calculado a partir da cessação da atividade criminosa.

Em crimes permanentes, o início é determinado pelo fim da permanência. Uma alteração significativa foi introduzida pela Lei 12.650/2012, que adicionou disposições para crimes contra a dignidade sexual de menores, estabelecendo um marco temporal diferenciado para esses casos. Assim, a legislação busca garantir que os direitos das vítimas sejam observados de maneira eficaz.

## Aspectos Processuais Envolvidos

Os aspectos processuais relacionados ao termo inicial da prescrição são cruciais para a aplicação correta da lei. A contagem do prazo prescricional demanda que operadores do direito estejam atentos ao momento exato do início da prescrição. Isso é vital para a validade de processos futuros e para garantir que os direitos garantidos pelo Estado sejam respeitados.

Advogados e juízes devem considerar elementos como interrupções prescricionais e as implicações de decisões judiciais no cálculo do prazo. A interpretação jurídica pode influenciar significativamente a aplicação da prescrição, especialmente em crimes complexos. Em especial, o trânsito em julgado para a acusação, conforme o [Código Penal](#), afeta diretamente o marco para o início da execução penal.

## Prescrição Antes do Trânsito em

# Julgado

A prescrição antes do trânsito em julgado considera o momento em que a contagem do prazo prescricional tem início. Aspectos como o cálculo desse prazo e os fatores que podem interromper ou suspender a prescrição são essenciais para a compreensão da aplicação prática do [artigo 111 do Código Penal](#).

## Cálculo do Prazo Prescricional

O cálculo do prazo prescricional tem suas bases específicas nas situações previstas pelo código penal. Em casos de crime consumado, a prescrição começa a contar da data da consumação do crime. No caso de tentativas de crime, o prazo conta a partir da cessação da atividade criminosa. Para crimes permanentes, inicia-se a partir do momento em que a permanência cessa.

Nos casos de bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, a prescrição tem início a partir da data em que o fato se tornou conhecido. Essa análise é essencial para determinar o prazo efetivo que pode influenciar futuras ações judiciais e o cumprimento da pena.

## Causas de Interrupção e Suspensão da Prescrição

Interrupções e suspensões podem afetar significativamente os prazos de prescrição. A interrupção, por exemplo, ocorre em situações como o recebimento da denúncia ou queixa e a publicação da sentença condenatória recorrível. Cada interrupção faz o prazo começar a contar novamente do início.

A suspensão, por outro lado, ocorre em casos como a ausência do réu no país ou por ausência de capacidade mental, onde o prazo continua a correr após a cessação do fato que levou à suspensão. Compreender estas causas é crucial para uma

aplicação justa e correta da prescrição no direito penal.

## **Impacto nas Fases do Processo Penal**

O **Artigo 111 do Código Penal** estabelece o momento de início da prescrição em diferentes etapas processuais. Cada fase do processo penal é afetada de forma distinta por essa prescrição, influenciando prazos e estratégias jurídicas.

### **Investigação Preliminar**

Durante a investigação preliminar, a contagem do prazo prescricional começa a partir do momento em que o crime se consumou ou, em casos de tentativa, quando cessou a atividade criminosa. Isso significa que o andamento eficiente da investigação é crucial. A determinação precisa do momento do crime garante a aplicação correta da prescrição.

O prazo prescricional pode pressionar autoridades a concluírem investigações rapidamente. Investigações lentas podem enfraquecer o caso, pois prova e testemunhas podem se tornar indisponíveis ao longo do tempo.

### **Instrução Processual**

Na instrução processual, a prescrição pode influenciar a apresentação de provas e testemunhas. A defesa pode usar a prescrição como estratégia para atrasar as atividades processuais, visando a contagem do tempo antes de se chegar a um julgamento.

Um prazo prescricional longo pode contribuir para garantir que os direitos dos réus sejam respeitados, possibilitando a coleta de novas provas. Por outro lado, um prazo curto pode forçar o tribunal a decidir rapidamente, o que pode prejudicar a justiça.



## Julgamento e Recursos

Durante o julgamento e possíveis recursos, os prazos prescricionais continuam a impactar significativamente o andamento do processo. Se a prescrição ocorrer antes de uma sentença transitada em julgado, ela pode resultar na extinção da punibilidade.

Em matéria de recursos, é crucial para as partes que monitorem os prazos rigorosamente. Recursos protelatórios que se estendem além do prazo prescricional podem não ser julgados, resultando em decisões práticas para acelerar o julgamento. Este mecanismo garante que os casos não se arrastem indefinidamente pela via recursal.

## Jurisprudência Pertinente



Nos tribunais superiores brasileiros, o termo inicial da prescrição, conforme o Artigo 111 do Código Penal, tem sido objeto de diversas decisões. Estas decisões trazem esclarecimentos importantes sobre como a prescrição se aplica antes do trânsito em julgado.

## Decisões Significativas do STJ e do STF

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) têm contribuído significativamente para a interpretação do Artigo 111. O STJ, por exemplo, em várias ocasiões, decidiu que a prescrição começa a partir do momento em que a infração se consuma.

O STF reforçou esta posição em julgamentos relacionados a crimes contínuos e permanentes. Nesses casos, eles destacaram que a permanência do crime influencia o início do prazo prescricional. Tais decisões são cruciais para compreender como o sistema jurídico brasileiro considera o tempo nos processos criminais.

## Análise de Casos Emblemáticos

Casos emblemáticos analisados pelos tribunais superiores exemplificam a aplicação prática do Artigo 111. Em crimes contra a dignidade sexual, a prescrição se inicia quando a vítima atinge a maioridade, a não ser que a ação penal já esteja em andamento.

Além disso, em situações de tentativa, o prazo tem início na cessação da atividade criminosa. Análises frequentes desses casos em instâncias superiores ajudam a garantir que a lei seja aplicada de forma justa e consistente, proporcionando segurança jurídica aos envolvidos. Em muitos processos, essas análises têm reafirmado a importância de considerar as especificidades de cada delito para definir o termo inicial da prescrição com precisão.

## Discussões Doutrinárias

O Artigo 111 do Código Penal gera debates significativos entre os estudiosos do direito penal. Este artigo define quando a prescrição começa a correr antes de a sentença final transitar em julgado. As diferentes interpretações desses termos



iniciais desencadeiam discussões entre os doutrinadores.

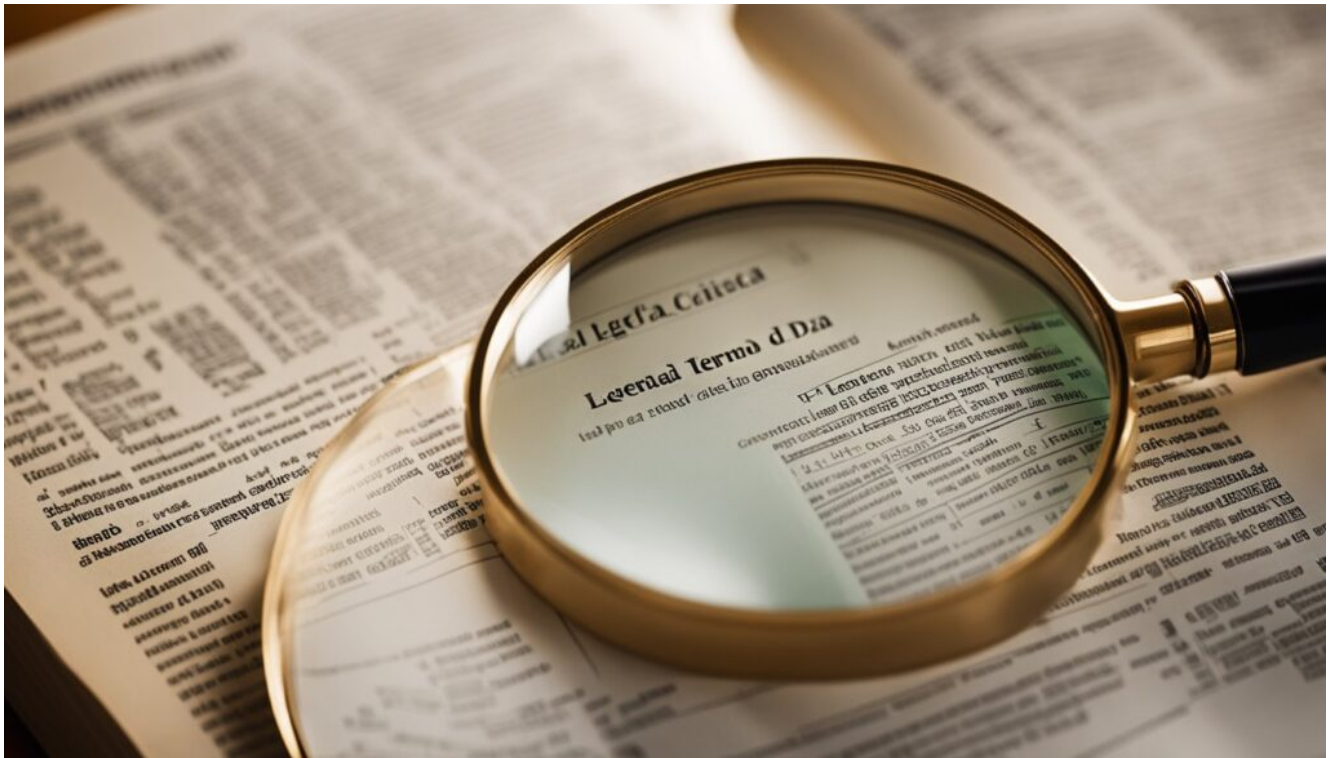
Um dos principais pontos de debate é sobre o início da prescrição nos **crimes permanentes**. Em tais casos, a prescrição só começa a partir do momento em que cessa a permanência do crime. Doutrinadores questionam o impacto desse entendimento em casos complexos, especialmente quando há continuidade de atos delituosos.

Os **crimes de tentativa** também são foco de atenção. A prescrição inicia-se no dia em que a atividade criminosa cessa. A interpretação desse término leva a variações na aplicação das penas. Essa discussão é essencial para garantir a justa aplicação da lei penal, sem favorecer excessivamente o réu ou o acusador.

Adicionalmente, a inclusão de novos incisos, como o *inciso V* pela Lei 12.650/2012, trouxe novas dimensões às discussões. Temas como bigamia e falsificação foram incorporados, ampliando o campo de análise. A forma como essas alterações são interpretadas afeta diretamente o processo penal e a proteção dos direitos fundamentais envolvidos.

Essas discussões doutrinárias são vitais para a evolução do direito penal e refletem a complexidade inerente à aplicação das leis numa sociedade em constante transformação. Para detalhes adicionais, o artigo no [JusBrasil](#) apresenta mais informações sobre essas questões.

## **Considerações Finais**



**Artigo 111 do Código Penal** define o termo inicial da prescrição em diversas situações criminais. Este artigo é crucial para entender a contagem do tempo na prescrição antes que a sentença final transite em julgado.

Nos crimes consumados, a prescrição começa a contar do dia em que o crime ocorreu. Isso se aplica a crimes que atingem todos os elementos necessários para sua consumação.

Nos casos de tentativa, o início da prescrição é a data em que a atividade criminosa cessa. Este aspecto é importante, pois considera as ações interrompidas antes de sua conclusão planejada.

Em crimes permanentes, a prescrição começa quando cessa a permanência do crime. Essa característica é notável em crimes onde a infração se mantém ao longo do tempo, como sequestro.

Nos crimes de bigamia e falsificação de documentos civis, a prescrição tem início quando o fato se torna conhecido. Este detalhe é essencial, pois lida com questões de documentação e estado civil, onde a descoberta do crime pode ocorrer bem depois da sua prática.

Essas regras orientam a aplicação da prescrição, garantindo que as ações penais sejam iniciadas dentro de prazos razoáveis e justos. Assim, o Artigo 111 serve como uma estrutura legal de referência para advogados e juristas no contexto penal brasileiro.

## **FAQ**

O Artigo 111 do Código Penal trata do momento em que começa a contagem do prazo prescricional, influenciando diretamente a aplicação das normas penais. Aspectos como as causas que suspendem ou interrompem a prescrição também são cruciais para compreender seu efeito no direito penal.

### **Qual é o prazo prescricional previsto no artigo 109 do Código Penal?**

O artigo 109 especifica os prazos prescricionais baseados na pena máxima cominada. A prescrição pode variar conforme a gravidade do crime, com prazos que vão desde 3 até 20 anos.

### **Como é contado o termo inicial da prescrição antes da sentença transitar em julgado?**

O termo inicial da prescrição ocorre de acordo com o momento do crime, sendo o ponto de partida a data de consumação, tentativa, ou cessação nos crimes permanentes. Isso é detalhado no [Artigo 111](#) do Código Penal.

### **De que forma o Artigo 111 do Código Penal influencia o começo da contagem do prazo prescricional?**

O Artigo 111 define procedimentos claros para o processamento da prescrição antes do trânsito em julgado, com repercussões

significativas em como as penalidades são aplicadas. Isso ocorre ao especificar diferentes condições de início para diversos tipos de crime.

## **Como a prescrição da pretensão punitiva em abstrato é aplicada no direito penal brasileiro?**

Ela se aplica considerando a pena abstratamente cominada e pode iniciar antes da ação penal. O início da prescrição é regulamentado pelo Artigo 111 e se relaciona diretamente com o tipo de crime cometido.

## **Quais são os fatores que podem suspender ou interromper a prescrição segundo a Lei de Execução Penal?**

Elementos como a fuga do réu ou a pendência de recursos podem suspender ou interromper a prescrição, influenciando o tempo disponível para a aplicação das penas. Isso é regulamentado detalhadamente pela Lei de Execução Penal.

## **Como o conceito de prescrição da pretensão punitiva em concreto se relaciona com o Artigo 111 do Código de Processo Penal?**

A prescrição em concreto avalia a pena efetivamente aplicada e é calculada conforme o Artigo 111. Essa prescrição considera o tempo de tramitação do processo e as condições específicas finais impostas ao réu.